

Contribuição do InternetLab ao Comitê de Supervisão no caso 2021-008-FB-FBR

Artur Pericles Lima Monteiro, coordenador de pesquisa, liberdade de expressão, InternetLab

Blenda Santos, pesquisadora, InternetLab

Bruno Caramelli, professor associado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo

Em sua [recém-divulgada política corporativa de direitos humanos](#), o Facebook promete "identificar e priorizar as principais questões de direitos humanos em cada contexto", reconhecendo que os "potenciais impactos de direitos humanos dos produtos e operações do Facebook varia[m] consideravelmente segundo momento, lugar, conteúdo e comunidades afetadas". Ao remeter este caso ao Comitê de Supervisão, no entanto, o Facebook não mostra ter satisfeito esse compromisso assumido publicamente. Apesar da gravidade da situação da pandemia no Brasil, o Facebook menciona apenas ter se aconselhado com "a Organização Mundial de Saúde e outros especialistas em saúde"; nada indica que tenha feito consultas apropriadas para compreender a realidade sanitária brasileira.

A nota do conselho regional de medicina republicada no Facebook neste caso parte de afirmações enganosas para concluir pela rejeição absoluta de *lockdowns*. *Fact-checkers* brasileiros já apontaram que [a fala de David Nabarro, da OMS, tem sido distorcida](#) para fazer parecer que ele seria contrário a *lockdowns* em qualquer situação. Na verdade, sua fala foi de que *lockdown* não deveria ser "o meio primário de controle do vírus"; embora destacando os efeitos adversos (sociais e sanitários) da medida, Nabarro foi expresso em afirmar que "o *lockdown* é justificado [quando necessário] para ganhar tempo para reorganizar, reagrupar e rebalancear seus recursos; proteger seus profissionais de saúde que estejam exaustos".

Também é falso que o aumento do número de internações e mortes por Covid-19 após a decretação do *lockdown* em Manaus seja prova de seu fracasso. Em razão do tempo de evolução da doença e da sobrecarga do sistema hospital da região, seria incorreto esperar que o número de contaminados caísse antes de pelo menos quinze dias após o fim de um período de *lockdown* (considerando [o tempo mínimo para que a medida seja efetiva](#)); assim, quedas no número de internações e mortes não seriam esperadas por pelo menos um mês depois desse momento. Além disso, a medida em Manaus, prevista para quinze dias, foi interrompida antes desse prazo, após pressões políticas. (A cidade [sofreu um colapso hospitalar](#) em seguida.) Em suma, o aumento nos números não pode ser atribuído ao *lockdown*.

Essas distorções são graves porque contam com a credibilidade que a população atribui a um conselho de medicina. O potencial impacto negativo desse conteúdo baseado em desinformação é consideravelmente maior. Ainda que não se verifique risco iminente à integridade física a justificar a exclusão ou limitação de sua visibilidade no *news feed*, seria apropriado que o Facebook rotulasse o conteúdo como desinformativo, proporcionando informação adequada a usuárias e usuários (cf. [caso 2020-006-FB-FBR](#), para 9.2, II(b)). **Considerando que o Facebook adota [políticas contra desinformação sanitária "que pode\[\] levar a resultados negativos"](#), mesmo quando ausente risco**

iminente, tais como aquelas a respeito da origem do vírus¹, essa rotulagem seria esperada. Especialmente num momento em que, ao contrário dos Estados Unidos e outros países no Norte Global, o Brasil vive um momento de agravamento da pandemia, segundo o [Observatório Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\)](#).

Em vez disso, o Facebook afirmou que não adotou nenhuma medida porque não recebeu orientação da "Organização Mundial da Saúde e outros especialistas em saúde" a respeito de *lockdowns* especificamente. **O Facebook não esclarece quais seriam tais especialistas, porém nada indica que sejam pessoas ligadas à realidade brasileira.** O que levanta preocupação no conteúdo não é a expressão de opinião contra *lockdowns*, mas, como dito, a desinformação disseminada por uma entidade médica. A afirmação enganosa sobre a fala de David Nabarro já foi desmentida em inúmeras ocasiões. O colapso hospitalar em Manaus teve repercussões consideráveis no Brasil. Motivou até mesmo a instauração de uma [comissão parlamentar de inquérito \(CPI\) no Senado](#), que apura a resposta de autoridades da saúde pública e eventuais responsabilidades na condução da pandemia. Esses dois elementos de desinformação no conteúdo do conselho regional de medicina seriam bastante familiares a especialistas brasileiros.

Isso aponta para uma potencial razão para o Facebook não ter consultado *experts* brasileiros: a crise institucional no próprio Ministério da Saúde e a polarização política que afeta inclusive organizações médicas, como este caso mostra. De fato, é preciso evitar que a moderação de conteúdo seja contaminada pela disputa político-partidária. E, embora a situação política no país o prejudique, a responsabilidade pela qualidade da informação sobre a pandemia não deve ser exigida apenas de empresas como o Facebook, mas também de autoridades públicas e pessoas com deveres ético-profissionais, como médicos e outros profissionais da saúde. (Com efeito, [parte da comunidade médica](#) tem se [mobilizado para isso](#), inclusive frente aos conselhos de medicina.)

No entanto, isso não é uma razão para o Facebook se omitir. O princípio 23 dos [Princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos da ONU](#) (POs), com que o Facebook se comprometeu publicamente, exige que, mesmo diante de um contexto local adverso, as empresas "[a]dotem estratégias de prevenção e mitigação que respeitem direitos humanos reconhecidos internacionalmente *na maior extensão possível* ([A/HRC/38/35, para 11\(d\)](#)). No contexto brasileiro, isso pode se traduzir na criação, pelo Facebook, de um grupo de assessoramento sanitário composto por *experts* independentes — incluindo, por exemplo, especialistas da Sociedade Brasileira de Infectologia, organização médica que promove parâmetros profissionais nessa área.

O Brasil vive um momento difícil na pandemia, assim como uma crise que tem afetado muitas de suas instituições. Não esperamos nem desejamos que o Facebook se substitua a essas instituições para resolver problemas brasileiros. No entanto, **se pretende honrar sua promessa** de "garantir que [suas] políticas ajudem a proteger as pessoas de conteúdo prejudicial e de novos tipos de abuso relacionados à COVID-19", **não basta que se fie em especialistas externos ao Brasil; o Facebook precisa ter estratégias apropriadas à realidade brasileira, dando transparência quanto às suas escolhas.**

¹ Facebook, [Proteções e atualizações da política em relação à COVID-19](#): "Durante o período de emergência de saúde pública, também removemos as desinformações adicionais da COVID-19 que as autoridades de saúde pública dizem que podem levar a resultados negativos. As alegações às quais aplicamos isso incluem: *A COVID-19 é ou foi patenteada, incluindo por qualquer pessoa ou entidade específica. Por exemplo: 'Você sabia que a COVID-19 foi patenteada muitos anos atrás?'*".